

PARTICIPE do ATO PÚBLICO

“PELA REVISÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS COM A UNIÃO”

DIA 15 de MAIO de 2013, às 14 horas

OAB NACIONAL (SAS, Bloco M, Brasília/DF)

O Ato possibilitará debater o problema da dívida dos estados e municípios para com a União, a fim de compreender porque faltam recursos para investimentos em saúde, educação, segurança, infraestrutura; para o pagamento dos precatórios judiciais, bem como para o atendimento a tantos direitos humanos e sociais ainda negados a milhões de brasileiros.

As condições impostas nos contratos firmados a partir de 1997 se mostraram extremamente onerosas e ofensivas ao Federalismo, gerando indevida subtração de recursos dos estados e municípios que precisa ser revista desde a assinatura dos respectivos acordos.

Conforme dados do Tesouro Nacional, ao final de 1999 a dívida dos estados com a União era de R\$ 121 bilhões. Daquele ano até 2011, os estados pagaram R\$ 165 bilhões (bem mais que a dívida inicial), e mesmo assim a dívida atingiu R\$ 369 bilhões ao final do período.

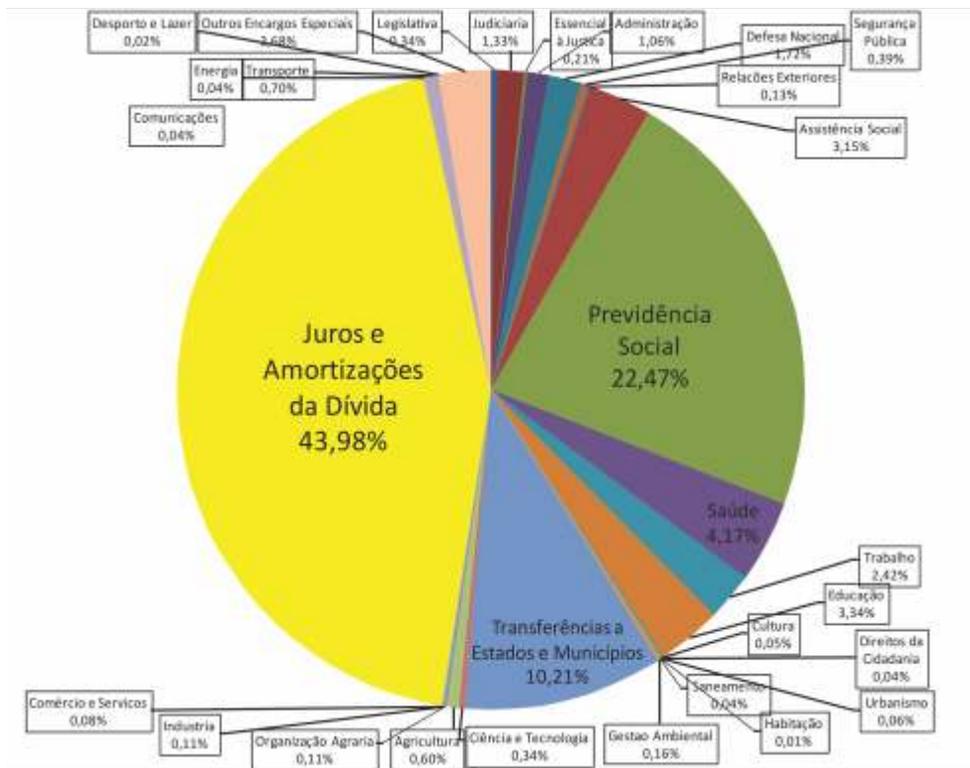
Caso tivesse sido cobrada pela União a mesma remuneração nominal que o BNDES tem cobrado de empresas privadas (6% ao ano ou até menos), essa dívida de R\$ 369 bilhões seria, na realidade, de apenas R\$ 2 bilhões em 2011, e já estaria completamente quitada em 2012.

Isso mostra que o dano financeiro imposto pela Lei 9.496/97 aos Estados (semelhante às MP 2.022 e 2.118 aplicadas aos Municípios) deve ser reparado, pois coloca em xeque o respeito ao Federalismo.

Todos estão convidados a somar esforços em defesa do Federalismo e da justiça fiscal e social que pretendemos alcançar mediante a histórica revisão deste processo.

A parcela destinada aos 27 Estados e mais de 5.000 Municípios no Orçamento Federal da União de 2012 foi de apenas 10,21%, enquanto a dívida federal absorveu quase 44%.

Orçamento Geral da União de 2012, por Função Executado até
31/12/2012 – Total: R\$ 1,712 Trilhão



Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida – www.auditoriacidada.org.br

PARTICIPE !

O ATO PÚBLICO está sendo convocado pela OAB NACIONAL
junto com diversas entidades:

OAB/NACIONAL, AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA , ABM, ALIANÇA LIVRE, ANDES, APRUMA, ASFOC, ASMPF, ASSURGS, ASTC, AUDITAR, CAIS, CEAPE, CFEMEA, COBAP, COFECON, CONIC, CSP CONLUTAS, CONTEC, FEBRAFITE, FENAFISCO, FENAJUFE, FENASPS, FENASTC, FENECON/SINDECON-DF, GEDIP, INTERSINDICAL, MOSAP, SINAL, SINDICAL, SINDIPETRO-RJ, SINDPREVS-PR, SINDSPREV-RJ, SINTRAJUD, SINTUPERJ, SITRAEMG, UNACON SINDICAL.